

**PREVIDÊNCIA** O evento foi realizado no auditório Romildo Bolzan do Tribunal de Contas do Estado (TCE), em Porto Alegre, e reuniu especialistas na área

## Seminário de Previdência Complementar aborda os desafios do setor

MARIA AMÉLIA VARGAS  
mavargas@jcrs.com.br

O Brasil tem hoje dois sistemas de previdência complementar: a aberta, por meio da qual qualquer pessoa pode ir a uma instituição financeira ou uma seguradora e contratar; e fechada, patrocinada por empresas ou por entidades associativas aos colaboradores. Somando essas duas, o País gira em torno de R\$ 2,6 trilhões de recursos acumulados. Diante deste cenário, a RS-Prev realizou, no dia 9 de abril, um seminário sobre o tema no auditório Romildo Bolzan do Tribunal de Contas do Estado, em Porto Alegre.

A primeira palestra da manhã foi ministrada pela ex-presidente da RS-Prev, Danielle Cristiane da Silva, que apresentou um panorama sobre a evolução da proteção complementar no Brasil. Ao abordar a construção jurídica de um novo modelo no Rio Grande do Sul, ela trouxe um histórico da Fundação e explicou que sua criação foi impulsionada por fatores es-

truturais, como o desequilíbrio atuarial e os desafios demográficos decorrentes do envelhecimento da população.

Na sequência, o diretor do Departamento do Regime de Previdência Complementar da Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, Naron Gutierrez Nogueira, tratou - entre outros temas - das aposentadorias e pensão por morte após a reforma de 2019, além de apresentar as principais diretrizes e a regra de cálculo pelo tempo de contribuição.

Segundo Nogueira, na modalidade fechada, há cerca de 270 entidades que administram os planos de benefícios e que pagam hoje já em torno de R\$ 100 bilhões todos os anos em benefícios para esses assistidos. "Então, é uma proteção bastante importante para quase um milhão de pessoas que recebem o benefício. Três milhões de pessoas que estão contribuindo para essa previdência", explica.

O comportamento brasileiro, na avaliação dele, tem



Segundo Nogueira, na modalidade fechada, há cerca de 270 entidades que administram os planos de benefícios

sofrido algumas alterações a partir da transformação demográfica pela qual o País passa. "As discussões das reformas previdenciárias que têm alterado as regras do sistema público de previdência mostram a importância de as pessoas buscarem também uma proteção adicional. Temos esse processo acontecendo, mas entendemos que precisamos investir bastan-

te em educação financeira, educação previdenciária, para que uma parcela maior da população possa ter essa compreensão e formar também a sua poupança", explica o dirigente.

À tarde, o palco foi ocupado pela diretora-presidente da RS-Prev, Elisângela Hesse, que mencionou a importância da construção de governança e da confiança nas relações. Já o Dire-

tor de Investimentos da RS-Prev, Filipe Jeffman dos Santos, abordou a diversificação de investimentos e a evolução da alocação de recursos nos planos, além de trazer um panorama econômico dos últimos anos. Ao final do evento, palestrou o Head de Distribuição Institucional da Itaú Asset Jefferson Veiga, sobre gestão de recursos previdenciários e perspectivas.

### Receita dá a receita

#### Receita Federal alerta para novo golpe digital envolvendo falsas pendências do IRPF

A Receita Federal recebeu relatos de novos golpes digitais em que criminosos utilizam mensagens falsas para se passar pelo órgão, com o objetivo de induzir contribuintes a acessarem links fraudulentos. As mensagens geralmente apresentam um tom alarmante, informando a existência de supostas pendências relacionadas ao Imposto de Renda, com alegações de que a situação pode comprometer a regularidade do CPF do contribuinte. Entre as consequências mencionadas de forma enganosa estão bloqueios de operações financeiras, impossibilidade de uso do PIX, restrições em contas bancárias, cartões, investimentos e inclusão em cadastros como Serasa, SPC Brasil e Banco Central do Brasil. Os golpistas enviam mensagens de texto ou mensagens por aplicativos de conversa contendo links suspeitos, que direcio-

nam para páginas falsas que simulam ambientes oficiais do governo. Nessas mensagens, há orientação para que o usuário acesse imediatamente o link para "regularizar" a situação ou consultar uma suposta pendência. Em alguns casos, os criminosos também instruem a vítima a interagir com a mensagem para ativar o link, aumentando o risco de comprometimento de dados. A RFB reforça que não envia mensagens com links para regularização de pendências, nem solicita dados pessoais, bancários ou pagamentos por aplicativos de mensagens ou SMS. Desconfie de mensagens com tom de urgência ou ameaça de bloqueio de serviços financeiros, não clique em links recebidos por SMS ou aplicativos de mensagens que não sejam de fontes oficiais, verifique sempre o endereço eletrônico antes de acessar qualquer página relacionada a serviços públicos, nunca forneça dados pessoais, bancários ou fiscais em sites não verificados.

### TRIBUTOS

## Receita Estadual informa sobre débitos de ICMS

A Receita Estadual passou a realizar o envio de comunicações por e-mail - em formato de "mala direta" - a contribuintes com pendências tributárias passíveis de cobrança judicial. Os avisos são enviados antes do ajuizamento, oferecendo a oportunidade de regularização com menor custo para o devedor.

A iniciativa é conduzida pela Central de Serviços Compartilhados (CSC) Ajuizamento e Protesto, em parceria com a CSC Contatos de Cobrança. O objetivo é ampliar a regularização ainda na fase administrativa e reduzir a necessidade de encaminhamento de dívidas para execução fiscal.

Neste primeiro ciclo, a ação contempla devedores de ICMS declarado e não declarado que

integram a programação trimestral de ajuizamento. Ao todo, são quase 39 mil débitos, que somam mais de R\$ 930 milhões. A estratégia prevê envios trimestrais, acompanhando a atualização do conjunto de dívidas.

O modelo amplia uma prática já adotada há mais de um ano para os casos de encaminhamento de dívidas para protesto. A expectativa é aumentar a liquidez do crédito tributário e, ao mesmo tempo, reduzir o volume de processos judiciais.

Nos e-mails, a Receita Estadual informa a existência de pendências e orienta sobre a necessidade de regularização imediata, destacando que a quitação nessa fase evita a execução fiscal e custos adicionais,

como custas judiciais e honorários advocatícios. A comunicação também direciona o contribuinte ao Portal e-CAC da Receita Estadual, onde é possível consultar os débitos e realizar os procedimentos necessários para a regularização.

Com a medida, a Receita Estadual reforça sua atuação orientadora, incentivando a conformidade tributária e promovendo soluções mais ágeis e menos onerosas tanto para o Estado quanto para os contribuintes. A ação está alinhada ao Programa Receita 2030+, composto por 30 medidas de modernização da administração tributária gaúcha, e à chamada "pirâmide de conformidade", que reflete a atual forma de atuação da Receita Estadual.